

INICIANDO UMA AÇÃO DE EXTENSÃO PELA PESQUISA: ESTUDO DE CASO

Coordenador: FERNANDO SETEMBRINO CRUZ MEIRELLES

Introdução - a participação do IPH na gestão de recursos hídricos acontece desde a década de 70. Em algumas ações, houve uma pesquisa que permitiu o conhecimento da região antes do contato formal com a sociedade local. Sobre este conhecimento, é possível estabelecer práticas participativas, de forma a iniciar uma ação de extensão na qual a sociedade local apropria-se do conhecimento gerado. A execução deste processo deve atentar para a possibilidade de exclusão da universidade, pela resistência da sociedade local ou pela ineficiência da comunicação entre as partes. A partir do conhecimento gerado, o IPH vem desenvolvendo um número cada vez maior de ações nas quais a participação pública é prevista e é um componente importante do processo de gestão. Desenvolvimento - a gestão de recursos hídricos no Brasil pressupõe a participação da sociedade organizada. No entanto, a complexidade do tema, a responsabilidade inerente às decisões tomadas e a grande variabilidade dos parâmetros utilizados gera uma insegurança por parte dos comitês formados nas diferentes bacias. O IPH desenvolveu estudos em diferentes bacias, com o apoio de projetos de pesquisa, que geraram um grande volume de informações. Este volume foi sistematizado na forma de modelos, que permitiram a realização de prognósticos. Com estas ferramentas, foi iniciado um processo de aproximação com a sociedade local, que resultou em troca de informações e realização de oficinas de planejamento, a partir das quais obteve-se a formalização de um comitê de gerenciamento. Este Comitê, com base nos modelos, passou a requerer a gestão local dos recursos hídricos, com alteração de acordos e convênios anteriores. Conclusão - é possível acelerar processos de apropriação de conhecimento por parte da sociedade, mesmo em situações em que não há a participação da mesma desde o início de uma ação de extensão. A sistemática a ser adotada nestes casos deve eliminar as possibilidades de resistência a um novo processo, bem como a possibilidade de colocação da Universidade em uma posição de mera transmissora de conhecimento. A implantação da via de mão dupla, desejada pela extensão, pode ter início na Universidade, mesmo sem uma demanda clara por parte da sociedade.